

**FR.2024.1595**

Belo Horizonte/MG, 17 de junho de 2024.

**Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)**

**A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO**

*- Protocolo via Sistema Eletrônico -*

**REF.:** *Manifestação ao Item 12.1 da Pauta da 77ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT).*

**FUNDAÇÃO RENOVA** ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, **manifestar-se acerca do item 12.1 da Pauta da 77ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º<sup>1</sup>, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")<sup>2</sup>, nos termos que se seguem.

**Inicialmente, cumpre registrar que ainda se encontra pendente de apreciação pelo Comitê Interfederativo – CIF, impugnação apresentada em 13.03.2024, contra a Deliberação 769.** Entende-se oportuna a apreciação da referida impugnação antes que se discuta eventual descumprimento de itens da deliberação em questão.

<sup>1</sup> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

<sup>2</sup> Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

O referido item de pauta consiste em pedido feito pela Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais ("CT-IPCT") para que o CIF aprove minuta de deliberação nos seguintes termos:

- a) *Notificar a FUNDAÇÃO RENOVA, nos termos da Cláusula 247 do TTAC, com cópia para ciência das empresas SAMARCO MINERAÇÃO S/A, VALE S/A e BHP Billiton Brasil LTDA, pelo descumprimento do subitem "I" do item "1" da Deliberação nº 769/2024<sup>3</sup>, aprovada em 23 de fevereiro de 2024;*
- b) *Nos termos do parágrafo 10 da Cláusula 247 do TTAC, a SAMARCO ficará obrigada ao pagamento de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por item descumprido cumulado com multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);*
- c) *Fixa-se o prazo de 10 dias corridos para que a Fundação Renova sane o descumprimento dos referidos itens das Deliberações supracitadas;*
- d) *Oficiar a IAJ para que informe ao juízo o descumprimento de ação judicial, conforme o Acórdão do TRF-6 proferido nos autos judiciais nº 1009013-94.2023.4.06.0000 (Processo Referência nº 1040611-58.2020.4.01.3800)."*

Ocorre, no entanto, que, como se demonstrará a seguir, não houve descumprimento do subitem "I" do item "1" da Deliberação nº 769/2024, por parte da Fundação Renova.

A Deliberação CIF nº 769 trata da definição de parâmetros comuns para a identificação e cadastro de famílias atingidas pelo rompimento da Barragem da Samarco pertencentes a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, bem como de seu acesso ao AFE/ASE. O subitem i do item 1 assim dispõe:

*"Caso haja o reconhecimento pelo CIF da condição de atingidos de outros povos indígenas, quilombolas ou povos e comunidades tradicionais, e seja organizada por suas Comissões de Atingidos a listagem de suas famílias, a*

---

<sup>3</sup> Tratou da definição de parâmetros comuns para a identificação e cadastro de famílias atingidas pelo rompimento da Barragem da Samarco pertencentes a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, bem como de seu acesso ao AFE/ASE.

*Fundação Renova deverá, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de envio pela CT-IPCT, efetuar o devido cadastro de seus membros (titulares e dependentes) e proceder com o pagamento do AFE/ASE retroativo à data do rompimento (05 de novembro de 2015), o que se aplica também às comunidades quilombolas de Vila Santa Efigênia e as do Sapê do Norte, reconhecidas pela Deliberação CIF nº 691/2023.”*

Assim, a CT-IPCT encaminhou ofícios contendo listagens de indivíduos para atendimento, as quais trouxeram um quantitativo total de 9.811 registros das comunidades quilombolas de Santa Efigênia e do Sapê do Norte, além de 5.491 registros de faiscadores tradicionais.

Tão logo recebeu esses documentos, a Fundação Renova iniciou as tratativas internas para sua análise, apesar de ainda não ter havido a apreciação pelo CIF de impugnação apresentada.

Após a sua análise, a Fundação Renova enviou à CT-IPCT os Ofícios FR.2024.1492 e FR.2024.1531, os quais solicitam esclarecimentos e complementações às informações contidas na lista encaminhada.

Conforme esclarecido em tais ofícios, a análise da Fundação Renova identificou inconsistências e falta de informações nas listas encaminhadas pela CT-IPCT, como pessoas sem identificação de CPF, nomes duplicados, CPF's inválidos, ausência de informação do nome completo, assim como outras informações faltantes.

**Assim, não é possível à Fundação Renova efetuar o devido cadastro de titulares e dependentes e proceder com o pagamento do AFE retroativo com base nas informações ora prestadas pela CT-IPCT, uma vez que as listas encaminhadas não trazem informações completas sobre as pessoas ali indicadas.**

No intuito dialógico e colaborativo, considerando a premissas das Cláusulas 209 e 242, Parágrafo Terceiro, do TTAC, é necessário que sejam

apresentadas informações complementares para que seja possível a análise da Fundação Renova, o que foi sinalizado à CT-IPCT por meio dos já mencionados Ofícios FR.2024.1492 e FR.2024.1531.

Nesse sentido, não pode ser imputado à Fundação Renova o descumprimento do subitem i do item 1 da Deliberação nº 769, uma vez que as listas apresentadas não possuem informações suficientes para que seja dado cumprimento desse subitem.

Em verdade, a Fundação Renova vem cumprindo efetivamente com as determinações do referido subitem, uma vez que analisou minuciosamente os documentos encaminhados e solicitou as informações complementares necessárias para seguir com as tratativas necessárias ao cumprimento da deliberação em questão, de forma dialógica e colaborativa, com a CT-IPCT, considerando a premissas das Cláusulas 209 e 242, Parágrafo Terceiro, do TTAC.

Portanto, perderam o propósito as providências pretendidas nos itens "a", "b", "c" e "d" da minuta de deliberação referente ao item 12.1, da Pauta da 77ª Reunião Ordinária do CIF.

Tendo em vista o exposto, a FUNDAÇÃO requer a retirada do item de pauta 12.1 da 77ª Reunião Ordinária do CIF, aguardando-se o envio de informações complementares por parte da CT-IPCT, conforme sinalizado pelos ofícios FR.2024.1492 e FR.2024.1531.

Atenciosamente,

DocuSigned by:  
*Priscila Oliveira*  
0C5731B71AC747C...

**FUNDAÇÃO RENOVA**